

"NÃO TIVE A VIDA  
BONITA DE LUTA,  
NÃO, TUDO FOI  
COM SACRIFÍCIO"

Trajetórias de mulheres negras, educandas da EJA  
e moradoras de ocupações urbanas

Por Vera Lúcia Justiniana Pimenta  
Natalino Neves da Silva

M838n

Moreira, Vera Lúcia Justiniana Pimenta, 1967-

"Não tive a vida bonita de luta, não, tudo foi com sacrifício" [recurso eletônico] : trajetórias de mulheres negras, educandas da EJA e moradoras de ocupações urbanas / Vera Lúcia Justiniana Pimenta Moreira, Natalino Neves da Silva. -- Belo Horizonte : UFMG / FaE / Promestre, 2024.  
29 p. : il., color.

[Obra produzida em conjunto com a dissertação de mestrado da autora, com o título: "Eu não tive vida bonita de luta, não. Tudo foi com sacrifício" [manuscrito] : trajetórias de mulheres negras, educandas da EJA e moradoras de ocupações urbanas / Vera Lúcia Justiniana Pimenta Moreira. -- Belo Horizonte, 2024. -- 110 f. : enc, il., color. -- Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. -- Orientador: Natalino Neves da Silva.].  
Bibliografia: f. 26-29.

1. Educação. 2. Mulheres -- Negras -- Atividades políticas -- Efeito da educação. 3. Negras -- Educação de adultos. 4. Educação de adultos -- Relações étnicas. 5. Educação de adultos -- Relações raciais. 6. Educação de adultos -- Relações de gênero. 7. Educação feminina. 8. Educação popular. 9. Belo Horizonte (MG) -- Ocupações -- Relações raciais. 10. Belo Horizonte (MG) -- Ocupações -- Relações étnicas. 11. Belo Horizonte (MG) -- Educação de adultos.

I. Título. II. Silva, Natalino Neves da. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.19342

“EU NÃO TIVE VIDA BONITA DE LUTA, NÃO, TUDO FOI COM SACRIFÍCIO”:  
TRAJETÓRIAS DE MULHERES NEGRAS, EDUCANDAS DA EJA E MORADORAS DE  
OCUPAÇÕES URBANAS

Texto: Vera Lúcia Justiniana Pimenta, Natalino Neves da Silva

Projeto gráfico e diagramação: Bernardo Silva Rabelo, Tayrone Neres dos Santos

Orientação de Projeto Gráfico:

Adriana Luisa Duarte

Glaucinei Rodrigues Correa

2024

Realização:

**PROMESTRE**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA

**FaE**  
Faculdade de Educação

ESCOLA DE  
ARQUITETURA  
UFMG

**UFMG**

Seja bem-vindo(a) à cartilha sobre educandas negras na Educação de Jovens e Adultos (EJA)! Este material é fruto de uma pesquisa de Mestrado intitulada “Eu não tive vida bonita de luta, não, tudo foi com sacrifício”: trajetórias de mulheres negras, educandas da EJA e moradoras de ocupações urbanas”, realizada para o Programa de Mestrado Profissional (PROMESTRE), da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG).

A pesquisa nos permitiu adentrar nos universos dessas mulheres, compreendendo suas vivências, desafios e perspectivas no contexto educacional e social. A partir desse diálogo, surgiu a necessidade de oferecer suporte aos(às) professores(as) que trabalham com educandos e educandas da EJA visando à ampliação do conhecimento sobre as ocupações urbanas e a importância da luta por moradia, dentre outros pontos.

Não se trata apenas de examinar as vidas de tais mulheres, na perspectiva das análises propostas, mas também de investigar profundamente o impacto dessas ações nas práticas educativas da EJA. Assim, buscamos compreender os sentidos atribuídos por elas a essa modalidade de ensino, enxergando tal modalidade não somente como um espaço de aprendizado mas também como um local de resistência e de empoderamento.

É nosso objetivo fornecer ferramentas e informações para que os(as) professores(as) possam abordar discussões sobre os territórios, de forma sensível e inclusiva, em suas práticas educativas. Acreditamos que, ao compreenderem melhor as realidades das ocupações urbanas e a luta por moradia, os(as) educadores(as) poderão promover reflexões enriquecedoras e empoderadoras em sala de aula, contribuindo para a formação cidadã e consciente junto aos educandos e às educandas desta modalidade de ensino.

Esperamos que esta cartilha seja uma fonte de inspiração e de conhecimento para todos(as) os(as) envolvidos(as) na educação de pessoas jovens, adultas e idosas e que juntos(as) possamos construir uma sociedade mais justa, pautada pela equidade étnico-racial. Vamos iniciar essa jornada juntos, juntas e juntas!



## Sumário

Qual o perfil das educandas da EJA na Regional Norte?.....	05
Perfil dos sujeitos da pesquisa .....	06
Mulheres negras: questões de gênero e de raça .....	07
Ocupações .....	11
Fala das entrevistadas .....	13
Para saber mais.....	16
O que mais tem é mulher, cachorro e menino.....	17
Você sabia? .....	19
Sonho .....	20
Uma EJA comprometida com a Educação Popular Negra .....	21
Sugestões .....	23
Referências e sugestões bibliográficas .....	26



# QUAL O PERFIL DAS EDUCANDAS DA EJA NA REGIONAL NORTE?

Ao analisar o banco de dados, percebe-se que, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) das escolas que compõem a Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, há uma predominância de mulheres e educandas negras. Isto nos impulsiona a refletir, por exemplo, sobre as desigualdades de gênero e raça persistentes na sociedade, onde as mulheres, não raras vezes, enfrentam barreiras adicionais para que possam acessar a educação, seja devido às responsabilidades familiares, ao casamento precoce ou a outras questões sociais.

Na Região Norte da cidade, 12 escolas ofertavam a modalidade EJA quando da pesquisa, com um total de 522 educandos(as). Desse total, 308 eram mulheres e, dentre essas mulheres, 249 se autodeclararam como pretas ou pardas, 46 se autodeclararam brancas e 13 mulheres não especificaram a sua autodeclaração étnico-racial. Não havia pessoas autodeclaradas indígenas no momento da pesquisa. Esses dados sugerem que a maioria dos(as) estudantes na EJA é composta por mulheres e que uma parcela significativa delas se autodeclara como preta ou parda, o que indica uma representação massiva de mulheres negras nesse contexto educacional. E, ao analisarmos os marcadores raça e gênero, é possível averiguar que as dificuldades se tornam ainda mais significativas, em função do racismo e do sexismo. O fato é que as mulheres participantes da pesquisa, que vivem à margem da sociedade e da garantia dos direitos sociais, em sua maioria, advindas de trabalhos precarizados, aposentadas ou desempregadas, chegaram à escola pesquisada para estudar na EJA.

# PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Nessa perspectiva, a pesquisa com educandas negras da EJA se expandiu para além do contexto escolar. Foi com esse enfoque que nos dedicamos a conhecer as trajetórias dessas mulheres fora do ambiente escolar compreendendo suas ações sociopolíticas. Nesse sentido, nos deparamos com educandas que eram moradoras de ocupações urbanas. Concluimos, assim, que um olhar para além da sala de aula, por meio da abordagem da Educação Popular, torna-se fundamental para que se compreenda a realidade dos(as) educandos(as), sobretudo no contexto da EJA.

<b>NOME</b>	<b>IDADE</b>	<b>COR/RAÇA</b>	<b>MORADIA</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>OCUPAÇÃO</b>
Maria	69	Preta	Favela Mariquinhas	Turma Alfabetização	Aposentada/Catadora
Rosa	53	Parda	Ocupação Rosa Leão	Turma Alfabetização	Faxineira
Dandara	55	Parda	—	Superior	Coordenadora

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

# MULHERES NEGRAS: QUESTÕES DE GÊNERO E DE RAÇA

• • • **NILMA GOMES LINO** • • •



/letras.ufmg.br

A discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal principalmente das mulheres negras (Gomes, 2020).

• • • **LÉLIA GONZALES** • • •



Historicamente, a sociedade brasileira buscou omitir a existência do racismo e do preconceito racial, mas as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade, as pessoas negras ainda são discriminadas e vivem uma situação

de profunda desigualdade racial quando comparadas com outros segmentos étnico-raciais do país. Junto à tentativa de ocultação do racismo, segundo Gonzalez (2020, p. 224), o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno acrescentando ao componente racial o sexismo.

Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.

## SUELI CARNEIRO



/Andre Seiti

Ainda, em suas análises, a autora questiona a estrutura excludente que tem levado as mulheres negras aos índices mais baixos de hierarquia social. “[...] o matriarcado da miséria que caracteriza as condições de vida das mulheres negras no Brasil.” (Carneiro, 2011, p. 127). Com essa declaração, a pesquisadora constata que a conjugação do racismo com o

sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social, com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida que se manifestam em sequelas emocionais, com danos à saúde emocional, mental e o rebaixamento da autoestima. Pesquisas têm mostrado que a maioria das mulheres negras são empregadas domésticas (Carneiro, 2011; Gonzales, 2020). O trabalho doméstico é, desde a escravidão negra no Brasil, o lugar que a sociedade racista destinou como ocupação prioritária das mulheres negras. E, em função deste contexto de opressão, muitas destas mulheres negras são banidas das oportunidades educacionais, o princípio ativo para as possibilidades de mobilização e ascensão social no Brasil. Diante do exposto, é importante ressaltar que o impacto do binômio racismo e sexismo na produção de privilégios da população branca e a exclusão da população negra, sobretudo das mulheres negras, também influenciam o espaço escolar (Carneiro, 2011).

## ANALISE DA SILVA



/apubh.org.br

Segundo Análise da Silva (2019, 2021), as mulheres, mesmo vivendo perante um conjunto de discriminações historicamente construídas, por meio dos movimentos sociais, fortaleceram-se e começaram a buscar a igualdade de direitos, ocupando cada vez mais os espaços educativos, evidenciando-se uma maior presença feminina no conjunto de pessoas educandas da EJA.

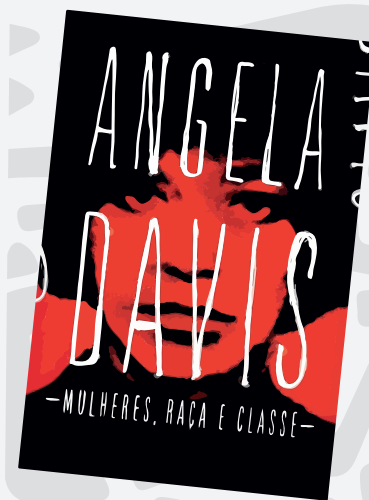
Sobre esse contexto, Da Silva (2019) argumenta que abordar as questões raciais e de gênero no ambiente escolar, especificamente na EJA, ajuda na reflexão de como as desigualdades existentes historicamente entre os sujeitos, mulheres e homens, refletem em nossa prática educativa. E como nossas atitudes podem contribuir para que os diferentes sujeitos, com suas diferenças, tenham seus direitos reconhecidos, visando à igualdade e o bem-estar de todas as pessoas.

## PARA SABER MAIS:

O **Caderno Pedagógico** busca alcançar o objetivo central que é o de pensar e propor algumas estratégias educativas que possibilitem a construção de um ambiente em que o(a) diferente não seja inferiorizado(a), não seja tratado(a) como perigoso(a), não seja tratado(a) como subalterno(a) e, que, portanto, não tenha seus direitos negados



**Mulheres, raça e classe**, de Angela Davis, é uma obra fundamental para se entender as nuances das opressões. Começar o livro tratando da escravidão e de seus efeitos, da forma pela qual a mulher negra foi desumanizada, nos dá a dimensão da impossibilidade de se pensar um projeto de nação que desconsidere a centralidade da questão racial, já que as sociedades escravocratas foram fundadas no racismo. Além disso, a autora mostra a necessidade da não hierarquização das opressões, ou seja, o quanto é preciso considerar a intersecção de raça, classe e gênero para possibilitar um novo modelo de sociedade.



Entre 2001 e 2010, a ativista e feminista negra Sueli Carneiro produziu inúmeros artigos publicados na imprensa brasileira. O livro **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil** reúne, pela primeira vez, os textos desse período. Neles, a autora nos convida a refletir criticamente a sociedade brasileira, explicitando de forma contundente como o racismo e o sexismo têm estruturado as relações sociais, políticas e de gênero.

# OCUPAÇÕES

Os reflexos dessa desigualdade são vistos no bairro onde a escola está situada, posto que a crise habitacional, as desigualdades urbanas estruturais e a falta de políticas públicas que garantam o acesso à moradia motivaram a população a se organizar em movimentos em prol da luta por melhores condições. A escola onde a pesquisa foi realizada recebe educandas moradoras de duas regiões de Ocupação urbana, Rosa Leão e Mariquinhas.

## OCUPAÇÃO ROSA LEÃO



/earth.google.com  
/Prefeitura de Belo Horizonte, 2010

Faz parte da história da região desde 2013. Cerca de 800 famílias realizaram uma ocupação em um terreno abandonado na Granja Werneck, região do Ribeirão Isidoro, no Vetor Norte da cidade de Belo Horizonte. Atualmente a área está ocupada por três frentes que se assemelham às reivindicações. As Ocupações, batizadas de Rosa Leão, Vitória e Esperança, contam hoje com cerca de 8.000 famílias que vivem de aluguel ou em vilas e favelas. Elas reivindicam moradias à Prefeitura da cidade. A Ocupação Rosa Leão, de caráter urbano, conta com casas de lona levantadas pelos próprios moradores e situação habitacional precária.

Ainda, conforme informações das moradoras, o nome foi decidido em assembleia geral, em homenagem à militante e líder comunitária Rosa Leão. Ela foi membro de uma das Comissões do Movimento de Luta pela Moradia (MLPM), na década de 1990, bem como em outras lutas. Foi assassinada por um homem, quando tinha cerca de 40 anos, separando uma briga armada entre homens vizinhos. As ocupações Vitória e Esperança também tiveram os nomes escolhidos por moradoras e moradores, em assembleias, referindo-se à esperança na luta e na vitória de conquistar um pedaço de terra para morar, livrando-se do aluguel.

## MARIQUINHAS



/earth.google.com  
/Prefeitura de Belo Horizonte, 2023

De acordo com pesquisa da URBEL (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte), a região ainda vive com várias Ocupações e a primeira ocupação realizada no Conjunto Mariquinhas, em sete de janeiro de 1990, contou com a participação de cerca de 550 famílias. Segundo moradores mais antigos, a luta pela área de Mariquinhas era representada tanto pelo Movimento dos “Sem-casa”, do núcleo 1º de Maio, quanto pelo grupo do bairro Jaqueline e região cuja representante era Dona Inês. Nas reuniões do Clube das Mulheres do bairro Jaqueline, a falta de moradia era o principal eixo de discussão

# FALA DAS ENTREVISTADAS

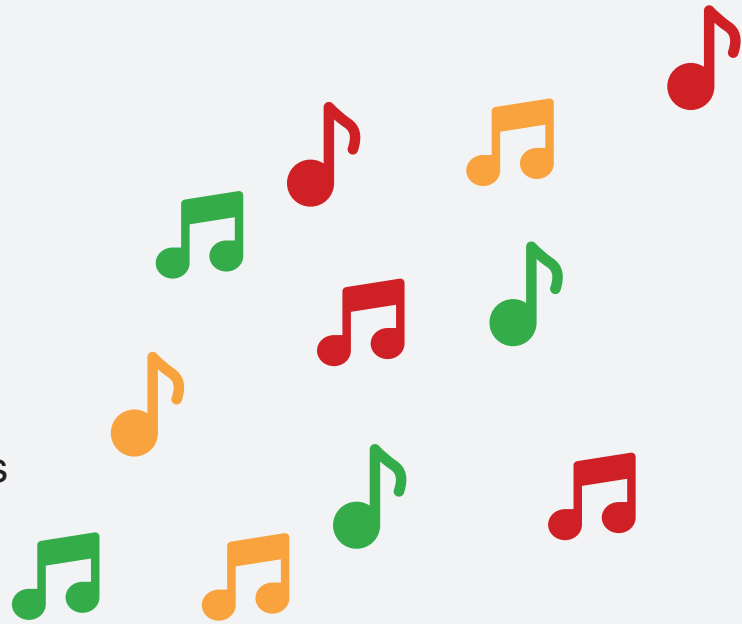
## Indignação

*Skank*

Eu fiquei indignado  
Ele ficou indignado  
A massa indignada  
Duro de tão indignado

A nossa indignação  
É uma mosca sem asas  
Não ultrapassa as janelas  
De nossas casas

Indignação, indigna  
Indigna, inação



**Rosa:** Eu participei de muitas passeatas na porta da Prefeitura.



/midianinja

Marcha das Ocupações Urbanas de BH, 2016

**Rosa:** Já somos chamados de favelado, bandido. É isso que eles falam da gente. Tem uns que têm até vergonha de falar que moram lá. E eu não tenho vergonha de nada, pode falar. É isso, mesmo, mano. Não tem nada a ver, né?



/midianinja

Marcha das Ocupações Urbanas de BH, 2016

**Rosa:** Difícil. Lá, na época, tinha... As polícias vinham, a gente tinha que fazer as barreiras com pneu. Tinha vezes que ninguém dormia. Eles iam nas barracas, pra poder tirar a gente (as barracas eram de plástico e madeira), com bomba e gás. Lá, a gente tinha que resistir. Assim, né? Foi difícil.

**Maria:** Eu moro numa área na beira do brejo, área, aí, um pedaço, lá. É lá a Favela Mariquinhas. Porque tem um beco na minha porta que a enxurrada da rua passa na frente.

**Maria:** Água, nada. A gente tinha que buscar na cabeça. É, com as latas de 18 litros. A gente punha a rúdia na cabeça e depois colocava a lata cheia de água.

**Maria:** Eu participava das passeatas na rua, sim. Ia em todas as passeatas em Belo Horizonte. É... E na Cidade Administrativa. Porque eu tinha que ir, né? Para poder reforçar, para ser dono da nossa terra, eu tinha que ir.



/midianinja

Marcha das Ocupações Urbanas de BH, 2016

# PARA SABER MAIS:

– Lei Izidora: Maior ocupação urbana de BH é regularizada e ganhará R\$ 1 bilhão em infraestrutura

[youtube.com/watch?v=FLAvIwym29Q](https://youtube.com/watch?v=FLAvIwym29Q)



clique aqui!



– Retrospectiva de 10 anos de luta da Ocupação Rosa Leão, na Izidora, BH/MG: 2.000 famílias libertadas

[youtube.com/watch?v=aIYnrNtaRhk](https://youtube.com/watch?v=aIYnrNtaRhk)

– COMO ESTÁ A OCUPAÇÃO ROSA LEÃO? | VIM TE MOSTRAR

[youtube.com/watch?v=ACJ94cKnsNM](https://youtube.com/watch?v=ACJ94cKnsNM)



– Vila Mariquinhas em 1999

[facebook.com/Folhajuliana/videos/vila-mariquinhas-em-1999-apoio-cultural/1251852251611560/](https://facebook.com/Folhajuliana/videos/vila-mariquinhas-em-1999-apoio-cultural/1251852251611560/)

– CONJUNTO MARIQUINHAS  
[favelaeissoai.com.br/comunidades/conjuntomariquinhas/](http://favelaeissoai.com.br/comunidades/conjuntomariquinhas/)



– Izidora em 3 atos: O conflito fundiário, a luta popular, o imaginário simbólico da terra prometida

[periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/29015/23152](http://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/29015/23152)



## “NA OCUPAÇÃO O QUE MAIS TEM É MULHER E CRIANÇAS”

Sim, é verdade que as mulheres têm desempenhado um papel significativo em diversos movimentos sociais de luta por moradia e de direito à cidade ao redor do mundo. Existem várias razões para isso:

1. Desigualdade de gênero na moradia: as mulheres frequentemente enfrentam desafios específicos relacionados à habitação, como terem salários mais baixos em comparação com os salários ofertados a homens, o que pode dificultar o acesso à moradia adequada.

2. Responsabilidades familiares: as mulheres muitas vezes têm a responsabilidade do cuidado com a família, o que as torna

particularmente sensíveis às questões de moradia e à necessidade de um ambiente seguro e estável para suas famílias.

3. Violência de gênero: a ausência de moradia segura pode aumentar a vulnerabilidade das mulheres à violência doméstica e a outras formas de violência de gênero. Portanto, não raras vezes, as mulheres estão na linha de frente na luta por moradia segura e por proteção contra a violência.

4. A estrutura excludente: tem levado as mulheres negras aos índices mais baixos de hierarquia social. “[...] o matriarcado da miséria que caracteriza as condições de vida das mulheres negras no Brasil” (Carneiro, 2011, p. 127).

5. A conjugação do racismo com o sexismo: isto produz sobre as mulheres negras uma espécie de “asfixia social”, com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais, com danos à saúde emocional, mental e o rebaixamento da autoestima, em uma expectativa de vida menor. Além disso, observa-se, na realidade das mulheres negras, um menor índice de casamentos e, sobretudo, o confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração (Carneiro, 2011).

6. Participação comunitária: as mulheres desempenham um papel fundamental nas comunidades e sua participação ativa em movimentos sociais pode fortalecer as lutas por moradia digna e pela transformação das cidades em ambientes mais inclusivos e sustentáveis.



# VOCÊ SABIA

**Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho**

**Pesquisadora:** E por que que você não estudou?

**Rosa:** Eu não estudei antes é porque eu comecei a trabalhar cedo. Minha mãe ia trabalhar na carvoeira. Aí, eu tive que cuidar dos meus irmãos mais novos. Eu fui na escola. Eu fiquei lá uns três meses. Eu ia na escola pra brigar com os outros. Eu cuidei dos meus irmãos até, até mais ou menos os meus 12. Eu casei muito cedo, né? Eu casei com, acho que foi com 12 ou 13 anos

**Maria:** Então, eu nunca tinha ido à escola, pois tinha que cuidar dos meus irmãozinhos pequenos, era na roça, e, quando eu vim [...] assim que eu cheguei, já fui direto pro trabalho. Meu pai e minha mãe já me pôs direto na casa de família. Aos 9 anos. É, na casa de família, e por aí foi. Saí de uma, trabalhei em outra e não tive oportunidade

A ausência de acesso às políticas públicas que as atendessem adequadamente é o que fez com que essas pessoas integrassem o mundo do trabalho ainda na infância. Percebemos, nas entrevistas, que o cansaço decorrente da extensão da jornada de trabalho situava-se em seus discursos como a maior dificuldade apontada para permanecerem na escola.

# SONHO

Os sentidos da EJA para as educandas extrapolavam práticas escolares voltadas para o ensino-aprendizagem. Noutras palavras, a relação estabelecida com essa modalidade de ensino fez emergir percepções do autoconhecimento. O educar aproximava-se, portanto, dos sentidos revelados. Ou seja, mais do que escolarizar, para aquelas mulheres, a presença na EJA significava, entre outras coisas, a realização de sonhos, a superação de distintas opressões.

**Rosa:** É porque eu não quero ficar pedindo junto pra fazer as coisas. Tô me humilhando, sabe? Você pede a pessoa pra poder escrever uma coisa pra você. Aí, ele faz o que quer, na hora. Não, eu não gosto, não. Por isso, que eu quero. Estudar pra mim. Ler, aprender a ler a Bíblia. Escrever minhas coisas, meu segredo. Meu diário. Essas três, sim.

**Maria:** Óh, menina, eu vim pra cá, não fui nem porque eu quis, não. Foi a psicóloga. Porque eu nunca gostei de estudar depois de velha, não. Mas, aí, tem uma época que eu tenho minha cabeça muito boa e tem uma época que não. A Legião da Boa Vontade (LBV) que mandou procurar uma escola pra poder melhorar a cabeça. [...] Quando não tem escola, eu fico doida, fico contando os dias pra vim pra escola.



# UMA EJA COMPROMETIDA COM A EDUCAÇÃO POPULAR NEGRA

- Abordagem pedagógica que visa promover o respeito, a valorização e a compreensão das diversas identidades étnicas e raciais presentes na sociedade brasileira.
- Combater o racismo, a discriminação e as desigualdades sociais oferecendo uma educação que reconheça e valorize as contribuições culturais, históricas e sociais dos diferentes grupos étnico-raciais do Brasil.
- Implantar as Leis nº 10.639/03 e 11.645/2008 para incluir no currículo oficial da Rede Municipal de Educação a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena" e suas diretrizes.
- Desenvolver uma perspectiva educacional que se baseie nos princípios da participação democrática, da valorização dos saberes populares e da construção coletiva do conhecimento.
- Resgatar, valorizar e difundir os conhecimentos, as culturas e as lutas históricas dos povos negros, contribuindo para a promoção da igualdade racial, o enfrentamento do racismo e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

É essencial que docentes, gestores(as) e coordenadores(as) da EJA, reconheçam, valorizem, divulguem e respeitem os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes. Pelo que até agora foi exposto, conforme levantamento bibliográfico, essa atitude exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história.



## PARA SABER MAIS:

EJA e Educação como Prática de Liberdade em Tempos de Políticas Conservadoras



SILVA, Natalino Neves da. Educação popular negra: uma agenda de pesquisa para a EJA. Educação Decolonial e Pedagogia Freireana: desafios de uma educação emancipatória em um cenário político conservador. Belo Horizonte: Sararé, 2021. Capítulo 4. Disponível em: SILVA-WG-OLIVEIRA-HS-Edu-Decol-e-Ped-Freireana-2021-eBOOK.pdf Acesso em: 22 out. 2022.

# SUGESTÕES

No dia 1 de maio, em São Paulo, um prédio que servia de abrigo para mais de 150 famílias desabou. Logo o desastre emergiu nos meios de comunicação de massa e retomou uma discussão já muito antiga das grandes metrópoles: o problema habitacional.

Especulação imobiliária, falta de planejamento urbano, distribuição espacial irregular, desemprego, concentração de imóveis nas mãos dos grandes proprietários, desigualdade e falta de regulamento no valor dos aluguéis são alguns dos problemas socioambientais que dificultam o direito à moradia para a maior parte da população em grandes cidades e periferias pelo mundo.

Prédios abandonados, muitas vezes pelo próprio governo, servem de refúgio para milhares de famílias que se juntam para otimizar o espaço de forma política e social. É certo que casos como esse último da capital paulista poderiam ser evitados se o Estado não fosse negligente ao investir na desocupação desses espaços ao invés de fomentar políticas públicas que garantissem o mínimo de dignidade a essa população.

Ocupar é sim resistir! Diante desse cenário urbano caótico, ocupar é também tentar sobreviver.

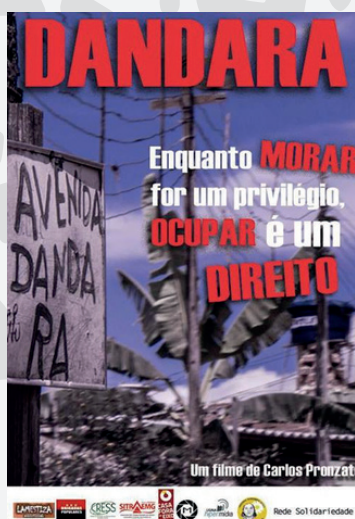
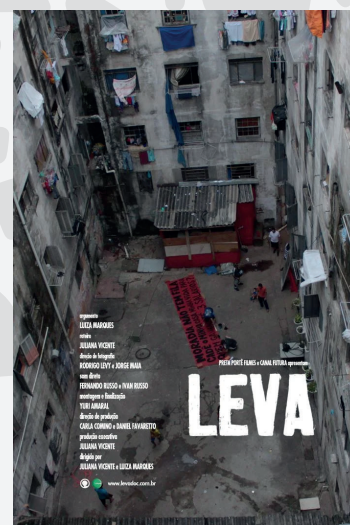
*Karolyna Gutierrez, Guilmour Rossi e Marcielo de Moraes*

## LEVA

No coração de São Paulo pulsa o maior movimento de luta por moradia da América Latina. Famílias desabrigadas ocupam o edifício Mauá, um dentre muitos ocupados no centro da cidade. O documentário LEVA acompanha a vida de moradores da ocupação e revela a organização de siglas que se unem numa organização para transformar os espaços abandonados em habitáveis. A estruturação do edifício pelos movimentos de luta de moradia irá refletir na reorganização e redescoberta das pessoas como indivíduos através do coletivo.

Dirigido por Juliana Vicente e Luiza Marques

2011 · 12 · 55m



## DANDARA — Enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito

O longa documentário, dirigido pelo argentino Carlos Pronzato, conta a história da Ocupação Dandara, até então a maior ocupação das Minas Gerais. O filme usa de depoimentos dos moradores, apoiadores e militantes para mostrar a árdua luta contra o capital especulativo.

Dandara (2014)

Dirigido por Carlos Pronzato

2014 · 10 · 1h 05m

## ATRÁS DA PORTA

O documentário registra a experiência de arrombar prédios e criar novos espaços de moradia das famílias sem-teto do Rio de Janeiro. O filme expõe também uma série de despejos forçados pelo Estado e como esses despejos são o início de uma das maiores intervenções na cidade. No documentário, o projeto chamado de “revitalização” é questionado pelos próprios moradores de várias ocupações.

Dirigido por Vladimir Seixas e Chapolim

2010 · 10 · 1h 32m



## À MARGEM DO CONCRETO

Um documentário sobre os sem-teto e os movimentos de moradia em São Paulo. O filme acompanha a atuação de várias lideranças que promovem atos de ocupação na região central de São Paulo e que estão fazendo justiça social com as próprias mãos.

Dirigido por Evaldo Mocarzel

2006 · Livre · 1h 26m



## POR UM SONHO URBANO

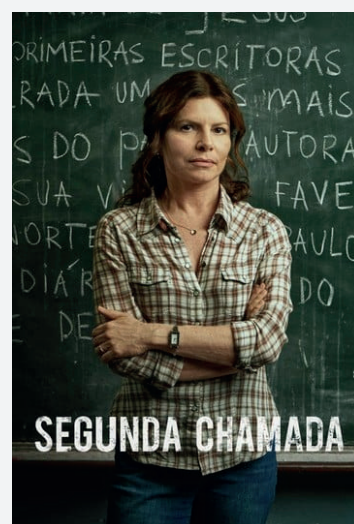
O documentário irá contar a história das mais de vinte famílias que moram na Ocupação Saraí, um prédio abandonado no Centro de Porto Alegre, entre as ruas Caldas Júnior e Mauá. O documentário irá retratar o dia a dia dos moradores, as suas atividades de rotina, o funcionamento do coletivo e as ações de luta pelo direito de morar à luz do movimento nacional de luta pela moradia.

Dirigido por Edye Wilson e Gisele Gonçalves

2014 · Livre · 19m

## SEGUNDA CHAMADA

Em Segunda Chamada, depois de anos afastada da sala de aula, a professora Lúcia (Debora Bloch) volta a lecionar na Escola Estadual Carolina Maria de Jesus e assume a turma de Educação de Jovens e Adultos. Mas essa missão não é nada fácil: cada aluno tem uma história diferente e passa por algum tipo de dificuldade. Para conseguir fazer seu trabalho com sucesso e ainda ajudar os estudantes, Lúcia vai precisar contar com o auxílio dos outros professores. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas no ensino público, Lúcia tenta fazer o seu melhor para ajudar os alunos a ter acesso a uma educação



com dignidade e enfrentar as discriminações que sofrem no dia-a-dia. Além dos desafios profissionais, ela também precisa lidar com os problemas pessoais no casamento e o luto pelo filho adolescente que morreu com apenas dezessete anos.

# REFERÊNCIAS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens e adultos populares? Revista de Educação de Jovens e Adultos, v. 1, p. 1-108, ago.2007. Disponível em: <<http://nedeja.uff.br/wp-content/uploads/sites/223/2020/05/Balano-daEJA-Miguel-Arroyo.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2021.

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 26 out. 2022.

BRASIL. Lei nº. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 11 de março de 2008. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm)>. Acesso em: 25 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Diário Oficial da União, 17 de julho de 2008. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11741.htm)>. Acesso em: 27 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 003/2004, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2022.

CARDOSO, Marcos Antônio. O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CAVALLEIRO, Eliane. O combate ao racismo e ao sexismo como norteadores das políticas de Educação. In: I CONGRESSO INTERAMERICANO EDH – EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS, 30 e 31/31 de agosto, 01/02 de setembro de 2006. [Anais...]. Promotores: SEDH, UNESCO, MEC, MJ, 2006. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/educar/1congresso/index.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-189, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

DA SILVA, Análise da (et al) Caderno pedagógico: gênero na educação de jovens e adultos (EJA). Belo Horizonte: NEJA: FAE/ UFMG, 2019. 182 p. Disponível em: <<https://neja.fae.ufmg.br/index.php/caderno-pedagogico-genero-na-eja-2019>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

DA SILVA, Análise da educação de jovens e adultos em contexto de retirada de direitos: algumas reflexões e proposições. Revista Catedral Digital, Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <<https://revista.catedra.puc-rio.br/index.php/educacao-de-jovens-e-adultos-em-contexto-de-retirada-de-direitos-algumas-reflexoes-e-proposicoes>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

DAVIS, Angela, Mulheres, raça e classe. Tradução Heci Regina Candiani – 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3.ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

GALERA, Izabella, GONÇALVES, D. Raquel Garcia. Izidora em 3 atos: O conflito fundiário, a luta popular, o imaginário simbólico da terra prometida Izidora. Revista interdisciplinar, v.6, n. 2 , 2020.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão. 2005. 24p. Disponível em: <<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/alguns-termos-e-conceitos>>. Acesso em: 13 Nov. 2022

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículo sem fronteiras, v.12, n.1, p. 98-109, jan/abr. 2012. Disponível em: <[http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5\\_Gomes\\_N%20L\\_Rel\\_etnico\\_raciais\\_educ%20e%20descolonizacao%20do%20curriculo.pdf](http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20curriculo.pdf)>. Acesso em: 2 Nov. 2022.

GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. Disponível em: <[http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos\\_textos\\_sociologia/Negra.pdf](http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_textos_sociologia/Negra.pdf)>. Acesso em: 2 nov. 2022.

GONZALEZ, Lélia. “A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social”. Raça e Classe, Brasília, v. 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Flavia Rios; Márcia Lima (org). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, set/dez. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. (INEP). Censo da educação básica 2020: resumo técnico [recurso eletrônico] . Brasília, 2021.

ISAÍAS, Thaís Lopes Santana. A luta das mulheres pobres e negras por moradia nas ocupações da Izidora e o embate com o direito patriarcal, classista e racista. In: Seminário Internacional fazendo gênero, Florianópolis, 2017.

ISAÍAS, Thaís Lopes Santana. Mulheres em luta: feminismos e direito nas ocupações da Izidora. 2017. Dissertação (mestrado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, 2017.

MARQUES, Lorena de Lima. Diáspora africana, você sabe o que é? Fundação Cultural Palmares, 2019. Disponível em: <<https://www.palmares.gov.br/?p=53464>>. Acesso em: 4 ago. 2022.

SILVA, Natalino Neves da. Educação popular negra: uma agenda de pesquisa para a EJA. In: SILVA, Walesson Gomes da; OLIVEIRA, Heli Sabino de (orgs.). Educação Decolonial e Pedagogia Freireana: desafios de uma educação emancipatória em um cenário político conservador. Belo Horizonte: Sararé, 2021. Capítulo 4. Disponível em: <[SILVA-WG-OLIVEIRA-HS-Edu-Decol-e-Ped-Freireana-2021-eBOOK.pdf](#)>. Acesso em: 22 out. 2022.

SILVA, Natalino. Educação de jovens e adultos e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana crítica. Educativa, Sorocaba, SP, v. 3, n. 3, p. 200-213, ago./dez. 2017.

SILVA, Natalino Neves da. Educação popular negra: breve nota de um contexto. Revista Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 11, p. 1-15, 2020.

SILVA, Natalino Neves da. Possibilidades e desafios do trabalho da educação das relações étnico-raciais na EJA. Revista Brasileira de Educação Básica, nov., 2020. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/possibilidades-e-desafios-do-trabalho-da-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-na-eja/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

SILVA, Tatiana Neves da. Estratégias de autorreconhecimento das identidades das meninas negras em uma escola na periferia de Belo Horizonte. 2019. 76 f. Monografia (Especialização em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

STRECK, D. R. et al. Educação popular e docência. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

